



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Alan Rick

EMENDA Nº
(ao PL 182/2024)

Acrescente-se, onde couber, no Projeto o seguinte artigo:

“**Art.** Os créditos de carbono gerados em setores estratégicos da economia, como saneamento, resíduos sólidos, conservação e restauração florestal, agronegócio com práticas sustentáveis e em todas as fontes de energias renováveis poderão ser comercializados no mercado internacional de carbono e deverão ser comunicados ao Governo Federal para o desconto obrigatório das Contribuições Nacionalmente Determinadas.

Parágrafo único. Pelo menos 30% da receita bruta dos créditos de carbono negociados no mercado internacional deverá ser aplicada diretamente na promoção de impacto social positivo, para garantia de direitos fundamentais e desenvolvimento econômico e social de comunidades e populações vulneráveis.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda ao Projeto de Lei nº 182, de 2024, visa fortalecer a posição do Brasil no mercado internacional de carbono, permitindo que créditos gerados em setores estratégicos sejam comercializados globalmente sob as diretrizes do Acordo de Paris, que regulam o comércio internacional de reduções certificadas de emissões e incentivam o cumprimento das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs, da sigla em inglês) dos países signatários. A permissão posiciona o Brasil como fornecedor relevante de créditos de carbono certificados para nações e organizações comprometidas com as metas globais de redução de emissões.



A proposta incentiva e acelera o desenvolvimento de setores estratégicos de baixo carbono ao destacar a importância de setores como saneamento, resíduos sólidos, conservação e restauração florestal, agronegócio sustentável e fontes de energia renovável para a economia de baixo carbono. A possibilidade de negociar esses créditos no mercado internacional, onde há uma tendência de preços mais elevados – superiores em até 50% aos preços do mercado doméstico – oferece forte incentivo ao investimento em práticas sustentáveis, atraindo capital e acelerando o desenvolvimento de atividades essenciais para a transição energética do País.

A medida contribui ainda para o fortalecimento do balanço comercial brasileiro ao transformar o Brasil em exportador de uma nova commodity – os créditos de carbono – que atende à demanda crescente por produtos e serviços de baixo carbono. Essa movimentação atrai investimentos internacionais, gerando oportunidades de financiamento e crescimento econômico enquanto promove o desenvolvimento sustentável.

A exigência de reinvestir, no mínimo, 30% da receita bruta dos créditos de carbono negociados internacionalmente em projetos de impacto social direto atende aos padrões globais de repartição de benefícios e justiça climática. Esse percentual será direcionado para o desenvolvimento econômico e social de comunidades e populações vulneráveis, promovendo a inclusão social e o fortalecimento dos direitos fundamentais em regiões impactadas pelos efeitos das mudanças climáticas e pela transição para uma economia sustentável.

Além disso, ao determinar que créditos vendidos internacionalmente sejam descontados das Contribuições Nacionalmente Determinadas do Brasil, a emenda previne a dupla contagem dos créditos de carbono. Essa medida fortalece a transparência e a integridade dos créditos brasileiros, alinhando-se às melhores práticas globais de contabilização e garantindo que cada crédito vendido seja excluído do total de emissões mitigadas a serem reportadas nas NDCs.

Essa emenda busca, portanto, alinhar o Brasil às tendências e exigências do mercado global de carbono, oferecendo uma solução que combina integridade ambiental, geração de divisas, desenvolvimento econômico de baixo



carbono e promoção da justiça social, além de promover o crescimento de setores fundamentais para o País.

Sala das sessões, de de .

Senador Alan Rick
(UNIÃO - AC)

